

Adusp promove primeiro debate com os reitoráveis

A Adusp estará promovendo dia 18 deste mês, às 18h00, no auditório do Instituto Oceanográfico, o primeiro debate com os candidatos a reitor da USP. Gil da Costa Marques, Jacques Marcovitch, Adolpho José Melfi, Carlos Alberto B. Dantas e Miriam Krasilchick confirmaram presença.

Erney Plessmann de Camargo encaminhou carta à diretoria da Adusp informando que, no momento, não se coloca como candidato. A expectativa da diretoria da Adusp ao promover este evento é ampliar a discussão sobre a sucessão, conhecer as propostas dos candidatos que já assumiram a disputa e diminuir o fosso que existe entre a reitoria e a comunidade da USP.

Págs. 4, 5 e 8.

Previdência será votada este mês

O governo federal pretende votar ainda este mês a reforma da Previdência. No Senado, onde o senador Beni Veras (PSDB) tenta aprovar uma série de emendas que prejudicarão os professores universitários, a reforma caminha de forma acelerada. Os líderes

governistas acreditam que o projeto será aprovado sem maiores dificuldades para o governo FHC. A Adusp publica tabela comparativa entre o regime atual e as propostas contidas no relatório do senador Beni Veras. Veja quem perde com esta reforma.

Pág. 2

Universidades podem perder R\$92 mi

Ao sancionar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 98, o governador Mário Covas (PSDB) vetou o parágrafo que permitia o repasse para as universidades estaduais paulistas das perdas decorrentes da lei Kandir, que reduz o ICMS sobre produtos exportados. Desta

forma, USP, Unicamp e Unesp poderão perder, em 98, cerca de R\$ 92,8 milhões. O Fórum das Seis encaminhou ofício ao governador solicitando o repasse das verbas federais às universidades paulistas como forma de compensação das perdas de arrecadação de ICMS.

Pág. 3

Quem perde com a reforma da Previdência

Daniel Ruiz Garcia

A reforma da Previdência caminha rápido no Senado, onde o senador Beni Veras, do PSDB do Ceará, tenta aprovar uma série de medidas que prejudicarão, principalmente, os professores universitários. Seu substitutivo à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 33/96, já aprovada na Câmara Federal, cria uma série de dificuldades para as futuras aposentadorias e restringe muitos direitos adquiridos pelos trabalhadores. Seu projeto já passou pela Comissão de Constituição e Justiça, primeiro passo para tramitar pelo Senado, e deverá ser aprovado naquela Casa até meados de setembro. Para exame dessas alterações que prejudicam os docentes, a Adusp promoveu amplo debate, no dia 18 de agosto, com a diretora de Recursos Humanos da Universidade, professora Helena

Antunes, o jurista Octávio Bueno Magano, o diretor da Andes, Fernando Pires Filho e o advogado da entidade, José Roberto Manesco.

Ao invés de Tempo de Serviço, a nova proposta passa a conjugar dois fatores para as futuras aposentadorias: idade mínima e anos de contribuição. Regras de transição serão estabelecidas para contemplar os casos em que o servidor tem mais de cinco anos de exercício na data de publicação da lei e ainda não fizer jus à aposentadoria pelas regras atuais. O professor universitário não terá mais o direito de se aposentar com salário integral após 30 anos de contribuição como docente, se homem, ou 25 anos, se mulher. Pelas novas regras propostas, a idade mínima para aposentadoria voluntária passa a ser de 60 anos para os homens e de 55 anos para as mulheres preenchidos 35



Fernando, Borin, Magano, Helena e José Roberto

anos de recolhimento de contribuição para os primeiros e de 30 anos para as mulheres.

O valor máximo dos proventos que serão assegurados pelo novo sistema é de 1.200 reais. Quem ganha salário maior irá sofrer um processo gradual de redução sobre a diferença de até 30%. Assim, o professor que hoje ganha salário bruto de 3 mil reais, só terá R\$ 1.200, mais 70% de R\$ 1.800. Outro dispositivo que irá penalizar as próximas aposentadorias é a ne-

cessidade de estar no cargo há pelo menos cinco anos, para fazer jus ao provento obtido, sobre o qual incidirá a redução da nova regra. Pelas medidas de transição propostas, o professor que tenha hoje 27 anos de serviço só se aposentará com idade mínima de 53 anos e terá que trabalhar mais 3 anos e meio além dos três que teria de se dedicar no regime atual. Veja na tabela, abaixo, as principais alterações do substitutivo do senador tucano.

Direitos	Regra Atual	Relatório Beni Veras
Aposentadoria por tempo de serviço (nos setores público e privado)	Aos 35 anos de serviço para homens e 30 para as mulheres.	Elimina a aposentadoria por tempo de serviço, criando a aposentadoria por tempo de contribuição à Previdência. Aumenta a idade mínima (60 anos de idade com 35 de contribuição para homens e 55 anos com 30 de contribuição para mulheres). Para os futuros aposentados, é eliminada. Quem já é segurado só poderá se aposentar proporcionalmente trabalhando mais 20% do tempo que falta para se aposentar, desde que tenha 53 anos (homens) ou 48 (mulheres).
Aposentadoria Proporcional	Aos 30 anos para homens e 25 para mulheres, com 70% dos proventos dos ativos.	Foi suprimido o artigo (19) do substitutivo que tratava do assunto, com o argumento de que a MP 1530 já definiu estas aposentadorias.
Aposentadorias Especiais	Garantida na lei para diversas categorias.	Garante a aposentadoria especial aos professores de educação infantil, fundamental e média. Homens aos 30 anos de serviço e 55 de idade e mulheres aos 25 de serviço e 50 de idade. Extingue o direito para os professores do ensino superior.
Professores	A Constituição atual garante aposentadoria especial para todos os professores (homens aos 30 e mulheres aos 25 anos).	Desvincula a aposentadoria do salário mínimo, concedendo aposentadoria integral para quem ganha até R\$ 1.200,00. O servidor que ganha acima deste valor entrará na tabela da paridade, não recebendo menos do que 70%. Foi incluída uma regra de transição também para a paridade (parágrafo novo do artigo 11). Os militares continuam com o atual sistema.
Regime de Previdência	Previdência pública até 10 mínimos e integral para servidores.	Previdência complementar com empregadores pagando parte e empregados pagando outra.
Previdência Complementar	Complementar com contribuição de duas vezes (empregadores) e uma vez (empregados).	Mantém as aposentadorias especiais para cargos eletivos, remetendo este privilégio para lei específica.
Aposentadorias Privilegiadas (cargos eletivos)	Mantém estas aposentadorias	Passa para as seguradoras privadas.
Acidente de Trabalho	Mantém público no INSS.	Aposentados e pensionistas que ganharem mais de R\$ 1.200,00 contribuirão com o custeio do sistema previdenciário.
Isenção de contribuições aos aposentados e pensionistas	Não prevê a contribuição.	Aposentados e pensionistas com idade superior a 65 anos continuarão a recolher o IR. Salário-família somente será pago aos trabalhadores que ganhem até R\$ 360,00.
Salário-família	Extensivo a todos os trabalhadores.	Este benefício será proporcional para remuneração ou proventos acima de R\$ 1.200,00 (o valor será definido depois).
Pensão por morte	Integral.	Será proibida esta acumulação para os servidores inativos.
Acúmulo de salário com aposentadoria	É permitido o acúmulo de aposentadoria com a remuneração de cargo ou emprego público.	Somente as categorias profissionais de médicos e professores não sofrerão restrição.
Forma de cálculo da aposentadoria	O valor da aposentadoria paga pelo INSS é calculado pela média dos 36 últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês.	A forma de cálculo será definida em lei, posteriormente. (A pretensão do governo é reduzir o valor da aposentadoria ampliando o número de meses utilizado para o cálculo da média.

Fontes: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) e grupos de estudos sobre Previdência do STU e Adunicamp.

Menos verba para as universidades de SP

As universidades estaduais paulistas poderão perder em 98 cerca de R\$ 92,8 milhões com o veto do parágrafo segundo do artigo 4º da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada no final de junho pela Assembléia Legislativa.

Ao sancionar a lei, o governador Mário Covas (PSDB) vetou o parágrafo que permitia o repasse para as universidades das perdas decorrentes da lei 87/96, conhecida como Lei Kandir. Este dispositivo legal reduz o ICMS sobre produtos primários e semi-manufaturados exportados pelos Estados. A perda estimada para São Paulo é

de R\$ 970 milhões e ela deverá ser compensada pelo governo federal. Caso o governo estadual não venha a fixar mecanismos de compensação para as universidades estaduais paulistas esta perda prevista comprometerá várias atividades. Para se ter uma idéia do que ela representa, somente a parte relativa à USP, dá para pagar um mês de salários de todos os seus professores.

Reunião do Fórum - O Fórum das Seis esteve reunido com o representante do secretário de Ciência e Tecnologia para tratar dessa questão, porém não houve entendimento sobre a forma como

o governo fará a compensação dos valores que poderão ser perdidos. Na Assembléia Legislativa, por iniciativa do deputado Cesar Calegari, um grupo de parlamentares está estudando um dispositivo legal capaz de recuperar a perda prevista, para ser incluído na próxima votação da Lei do Orçamento Estadual. O Fórum das Seis mantém-se mobilizado, na defesa do repasse desses recursos.

No dia 28 de agosto, o Fórum das Seis esteve reunido em Campinas -na sede da Adunicamp- e decidiu pela retomada da campanha salarial 97. Além disso, decidiu encaminhar ofício ao gover-

nador Mário Covas solicitando o repasse das verbas federais às três universidades estaduais paulistas a título de compensação das perdas de arrecadação de ICMS causadas pela Lei Kandir.

O Fórum encaminhou, também, uma moção ao Conselho de Educação manifestando sua posição contrária à transformação da Faculdade Anhenbi/Morumbi em universidade. Também foi decidido realizar levantamento para apurar o aumento da carga horária dos docentes em função do crescente aumento de aposentadorias na USP, Unicamp e Unesp.

CUT: Articulação perde hegemonia

Articulação continua, por mais três anos, à frente da Central Única dos Trabalhadores. Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, foi reeleito com 1.080 votos. A chapa majoritária terá 13 cargos (em 25) na Executiva da Central. A chapa 5, que reuniu Alternativa Sindical Socialista, Movimento por uma Tendência Socialista e

Articulação de Esquerda, ficou em segundo lugar, com 629 votos. O grupo terá oito cargos na Executiva da CUT.

O VI Concut, que ocorreu em São Paulo entre 14 e 17 de agosto, definiu um plano de ação em que afirma todo o empenho na unificação das lutas dos trabalhadores e a necessidade de se avançar na construção da greve geral. Não foi estabelecido, porém, nenhum prazo para a concretização dessa finalidade. No final deste mês, uma reunião da direção nacional da CUT vai elaborar a continuidade do calendário da Central. Esse encontro discute ainda a possibilidade da realização da greve geral.

Duas questões foram decididas através da votação em urna no VI Concut. Uma delas, a permanência da Central no Conselho Nacional do Trabalho e a outra, o posicionamento da CUT acerca da reforma da Previdência Social, no qual a direção da entidade ensaiou negociar direitos conquistados com o governo federal.

PEC 370 deve esperar reformas

O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Abílio Baeta, vai sugerir à Comissão Especial da PEC 370 (autonomia), em nome do governo, que suspenda suas deliberações até que sejam votadas as reformas da previdência e administrativa.

Essa sugestão da Andes foi aceita durante audiência na Sesu, dia 27 de agosto. Autonomia, salários, democratização das Instituições de Ensino Superior, greve em Catalão, além da privatização da Universidade Estadual de Tocantins, foram os assuntos levados pelos representantes do sindicato ao secretário.

Arrocho - As conseqüências do arrocho salarial para os docentes e para a Universidade foram destacadas pelos dirigentes da Andes, que reiteraram, ainda, sua exigência de que a questão salarial seja de responsabilidade do MEC, independentemente dos impedimentos ditados pela área econômica e pelo Mare-

Baeta, porém, afirmou que, em relação a salário, não há nenhuma possibilidade de intervenção do MEC. Segundo ele, o ministério chegou a avançar em estudos na perspectiva de correção das carreiras dos docentes e técnicos-administrativos. Contudo, diante da decisão do STF em relação aos 28,86%, o governo engavetou os estudos.

Baeta disse que a proposta orçamentária prevê um acréscimo, para o próximo ano, de 11% em verbas para pessoal, que se destinam a assumir encargos decorrentes do crescimento vegetativo da folha de pessoal e eventualmente para reajustes diferenciados de algumas carreiras.

Os representantes da Andes insistiram na necessidade de uma fórmula que viabilize uma solução mais imediata para o problema dos salários. Baeta, então, decidiu abrir negociação em torno do piso salarial para a categoria dos docentes. (Agência Andes)

Adusp

Diretoria:

Jair Borin, Osvaldo Coggiola,
Marcos N. Magalhães,
Iraci Palheta, Ildo Luís Sauer,
Lighia B. Horodynski-Matsushigüe,
José Moura Gonçalves Filho,
Paulo Y. Kageyama,
Antonio César Fagundes,
Jairo Kenupp Bastos, Ires Dias.

Editor:

Marcos Luiz Cripa vd
Projeto Gráfico:
Argêu Godoy

Editoração eletrônica:
Luís Ricardo Câmara

Secretaria: Alexandra Carillo e
Rogério Yamamoto
Distribuição: Marcelo Chaves e
Walter dos Anjos

Tiragem: 6.500 exemplares
Periodicidade: mensal
Filmes: Bureau Bandeirante
Impressão: Gráfica Poolprint

Adusp-S.Sind.: Av. Prof. Luciano
Gualberto, trav. J, nº 374
Cid. Universitária - São Paulo - SP
CEP 05508-900 - Tel: (011) 813-5573
Fax: (011) 814-1715
e-mail: aduspsp@org.usp.br

Reitoráveis analisam salários e RDIDP

Duas novas perguntas formuladas pela diretoria da Adusp foram respondidas pelos reitoráveis. Apesar de convocar publicamente os possíveis candidatos para este debate, nenhum novo nome se apresentou. Erney Plessmann de Carmargo, que entendíamos estar na disputa, enviou carta à diretoria da Adusp declinando do convite para debater como reitorável (carta ao lado). Desta forma, publicamos as respostas de Adolpho José Melfi, Carlos Alberto B. Dantas, Gil da Costa Marques, Jacques Marcovitch e Miriam Krasilchik. O Informativo Adusp abrirá espaços a todos aqueles que se apresentarem para a sucessão e que não tenham se manifestado até o momento.



Adolpho José Melfi

1 Qualquer política salarial deve ter como objetivo primeiro a preservação do maior patrimônio que a USP possui: seus recursos humanos. É necessário ter-se em mente que política salarial é o conjunto de ações e medidas que transcendem a fixação pura e simples dos níveis salariais. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que os salários estão baixos e para melhorá-los é preciso encontrar soluções, respeitando compromissos e levando em conta a autonomia administrativa e financeira da Universidade. No caso dos docentes, mudanças específicas

poderiam ser pensadas, tanto nos sentidos de valorizar o salário dos docentes MS-3, categoria que a meu ver sofre de maneira mais marcada os baixos salários recebidos, como a criação de mecanismos para a progressão horizontal nos níveis MS-3 e MS-5, com base em mérito acadêmico, avaliado nas suas três dimensões de ensino, pesquisa e prestação de serviços.

2 O RDIDP foi uma conquista da USP, que muito contribuiu para a posição de destaque que ela ocupa no cenário nacional e internacional. Assim sendo, deve continuar sendo o regime preferencial do trabalho na USP. Pessoalmente acredito que o RTP deveria ser utilizado exclusivamente para

profissionais competentes e interessados no desenvolvimento de atividades didáticas. Neste contexto, o RTC deixaria de ter maior significado, podendo ser eliminado. A flexibilização do RDIDP, na forma como se encontra contemplada na legislação vigente na USP, atende principalmente à reivindicação das áreas profissionalizantes para as quais é essencial que o professor tenha contato direto com o mundo do trabalho. A meu ver teve o mérito de reter na Universidade, profissionais altamente qualificados que de outra forma teriam pouca possibilidade de aqui permanecerem.



Carlos Alberto B. Dantas

1 A política salarial na Universidade de São Paulo desde a autonomia está fortemente condicionada à sua receita orçamentária que corresponde a um percentual fixo de arrecadação do ICMS. Neste ano este percentual corresponde a 5,0295. A solução a médio e longo prazos está na criação do Fundo de Aposentadoria, que incorporaria a contribuição ao IPESP. Este Fundo por um lado garantirá a situação dos aposentados e por outro lado desonerará a folha de pessoal cujo percentual correspondente aos inativos cresceu de 17,9% em 89 a 25,2% em

96. A curto prazo, dever-se-á captar fundos públicos e privados adicionais e transferir ganhos decorrentes de maior eficiência e produtividade para os salários.

2 Estimar os efeitos dessa flexibilização é uma tarefa difícil. No entanto, julgo que a participação do docente em projetos relacionados ao setor produtivo e social é importante para o desenvolvimento de sua própria atividade. A transferência desses conhecimentos e experiências é de grande valia para o aluno. Avaliações que permitam identificar áreas que não têm acesso a essas atividades e adotar medidas compensatórias são necessárias. Neste sentido, a flexibilização nos termos estabelecidos por decisão do CO e que constam do regimento da Cert, é positiva.



Miriam Kra

1 A política salarial, e ninguém desconhece os elementos que a orientam, depende de fatores limitantes como: isonomia entre as universidades paulistas, índice de comprometimento com a folha, dimensionamento dos quadros, entre outros. A preocupação permanente é a busca de um salário adequado a conjuntura econômica e social, buscando sempre reparar defasagens em relação ao mercado de trabalho sem esquecer que as funções de seus docentes e demais servidores são da mais alta relevância e exige um esforço coletivo para o aproveitamento dos recursos disponíveis. Diretamente relacionada à política salarial está a busca de alternativas para a manutenção das condições dos aposentados. Evidentemente o aumento da eficiência levará a um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Pergu

**A política será ma
modif
(con**

Pergu

**Qual é a
dos efe
flexibiliz
RDI**

Carta do professor Erney enviada à Adusp

"Cumprimento a Adusp pela iniciativa de abrir considerável espaço à sucessão reitoral. Este é um momento oportuno para discutirmos a gestão universitária e a própria concepção de Universidade. Tenho submetido à Adusp minhas reflexões sobre as questões que me foram gentilmente encaminhadas, o que continuarei fazendo se a Adusp assim o desejar. Entendo isto como uma contribuição à discussão sobre uma eventual política para a Universidade. Porém, no momento (*grifo do autor*), não me incluo entre os candidatos a Reitor e, para não misturar as coisas, não quero ocupar o espaço a eles reservado. Tenho a certeza de que a Adusp entenderá minha posição".

Erney Plessmann Camargo

Anta 1
salarial
ntida ou
icada
o)?

Anta 2
avaliação
itos da
ração do
DP?

silchik

2 O RDIDP (Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa) é uma conquista cuja contribuição para a atual situação de liderança acadêmica da USP é consensualmente aceita. Portanto, é essencial que o regime seja eficiente, e continue promovendo a grandeza da USP. Para isso é necessário, como já foi adiantado no quesito política salarial, buscar meios externos e também racionalizar o que se espera do mesmo para propiciar aos docentes, que estão no regime, a indispensável tranquilidade e segurança fundamentais no exercício das atividades criativas e docentes. Nas áreas e situações onde o RDIDP não é o regime de trabalho mais adequado devemos, igualmente, proporcionar aos docentes condições compatíveis com as suas atividades. As jornadas atuais RTC e RTP devem ser repensadas de modo a permitir que o exercício simultâneo, sem prejudicar o desempenho regular das várias atividades, propicie a transferência de conhecimentos para a sociedade.



Gil da Costa Marques

1 Há três questões a considerar: 1) Distribuição de recursos. O orçamento da USP tem sido distribuído de forma que, aproximadamente, 85% dos recursos sejam destinados à folha de pagamento de pessoal e 15% para custeio e investimento. Apoiamos a manutenção dessa distribuição, que consideramos adequada; 2) Reajuste salarial. Num ambiente de inflação baixa como a atual (cerca de 5% ao ano) e significativa flutuação na arrecadação do ICMS, consideramos que a melhor política é a de reajuste anual na data-base. Em relação ao valor do reajuste, nossa proposta é a de esta-

belecer como piso (em porcentagem) a diferença entre o percentual do aumento do orçamento e o crescimento vegetativo da folha de pagamento (promoções e quinquênios). Esta política mantém o poder aquisitivo dos salários da Universidade; e 3) Ganhos salariais. Só serão viáveis se forem satisfeitas uma ou mais das quatro condições: um melhor desempenho da economia, aumento da porcentagem do ICMS destinada às Universidades, racionalização e aperfeiçoamento administrativo, solução do problema previdenciário. Nosso compromisso é o de atuar nos três últimos pontos visando também ganhos reais nos salários.

2 A flexibilização do RDIDP é uma demanda das áreas profissionalizantes, que decorre da necessidade do exercício profissional como pressuposto para uma boa qualificação acadêmica. Além

disso, ela cria condições para a prestação de certos serviços à comunidade, que são inviáveis dentro das atividades acadêmicas usuais. Seu aspecto positivo é a possibilidade de um desempenho mais adequado das escolas profissionais, tanto na formação de recursos humanos como na criação de conhecimento, além de permitir que a USP coloque sua competência a serviço de demandas sociais específicas. O principal efeito negativo é a criação de uma diferenciação, às vezes bastante significativa, nos proventos dos docentes com atividades em tempo integral, além do eventual entendimento errôneo, por parte dos docentes, de que a flexibilização lhes permite uma priorização menor das atividades acadêmicas. Por ser de implementação recente, o impacto da flexibilização ainda não foi devidamente avaliado.



Jacques Marcovitch

1 Não há política salarial imutável. Fatores conjunturais estão sempre impondo mudanças de critérios. A pior e inaceitável hipótese é o arrocho. Em nossa visão, o capital humano impõe-se como o bem mais precioso de uma instituição como a USP. Mesmo em conjunturas desfavoráveis, não há prioridade maior que uma remuneração digna para os que garantem a excelência da universidade. A política de benefícios deve ser racionalizada. Salários justos, melhores benefícios e uma solução inovadora para a questão previdenciária - eis os fatores que se devem associar, tornando a car-

reira mais atraente para os atuais e futuros professores.

2 A flexibilização, prevista no Estatuto, possibilita uma interação maior com a sociedade e uma remuneração complementar ao pesquisador. Sabemos que há dois reparos ao RDIDP: a) para algumas áreas acadêmicas inexistiria demanda de serviços, o que tornaria outras áreas privilegiadas; b) um sistema ainda frágil de acompanhamento permitiria excessos. Acho que a flexibilização deve ser mantida, o acompanhamento aprimorado e, por meio de avaliação específica, assegurar-se maior coerência entre as atividades de ensino/pesquisa/extensão do professor e as atividades que ele desenvolve em sua interação com a sociedade. Esta deve ser cada vez mais motivada para valorização da transdisciplinaridade.

Coned será realizado em novembro

O II Congresso Nacional de Educação pretende reunir, em Belo Horizonte, associações, confederações, docentes, sindicalistas, pesquisadores e estudantes para formular um projeto alternativo para a área.

Entre os dias 6 e 9 de novembro deste ano, será realizado em Belo Horizonte (MG) o II Congresso Nacional de Educação (Coned), que traz como tema central "Educação, democracia e qualidade social". A data final para postagem de trabalhos e comunicações foi alterada de 10 para 20 de setembro. Em 1997, o I Coned reuniu cerca de cinco mil pessoas entre professores, pesquisadores, técnicos administrativos, funcionários de escolas e sindicalistas de todos os estados brasileiros e de alguns países da América Latina, Caribe e Europa.

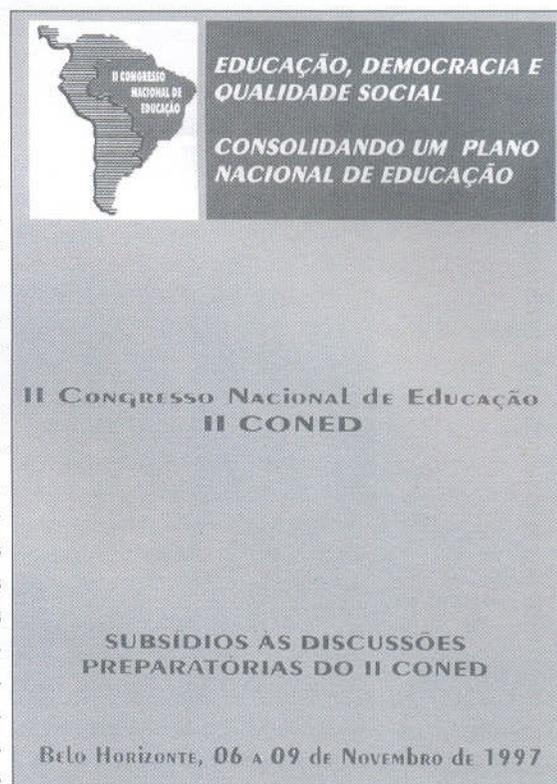
Plano de Educação - Este II Congresso Nacional de Educação busca garantir o espaço público de debate historicamente preenchido pelas Conferências Brasileiras de Educação (CBE's) - encontros realizados de 1980 a 1991 - e pretende consolidar o Plano Nacional de Educação (PNE). Sua dinâmica inclui encontros preparatórios e seminários temáticos nacionais com a finalidade de tornar mais ampla e democrática a elaboração do PNE. O encon-

tro deste ano, segundo os organizadores, terá um triplo caráter: 1) informativo - que se expressa pela troca de experiências, apresentação de trabalhos e comunicações, pesquisas, pontos de vista enfocando diversas atividades; 2) formativo - através das análises e sínteses fundamentadas nas reflexões e aprofundamentos; e 3) instrumental - expresso em uma proposta de educação democraticamente construída e consubstanciada em diretrizes, prioridades e metas para o Plano Nacional de Educação, referencial para o conjunto da sociedade brasileira.

O temário do Congresso será desenvolvido através de mesas redondas, conferências, apresentação de trabalhos e comunicações, plenárias temáticas e plenária final. A plenária de abertura está marcada para o dia 6 de novembro, às 19h00, no Mineirinho. Estão previstos de para debates os seguintes temas principais: organização da educação nacional; níveis e modalidades de educação; gestão democrática da educação; financiamento da educação e formação de pro-

fissionais da educação.

A coordenação e organização deste evento está sendo feita pela Associação de Educadores da América Latina e Caribe, Associação Nacional de Educação, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, Federação de Sindicato de Trabalhadores das Universidades Brasileiras, Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação



e União Nacional dos Estudantes.

Inscrições - As inscrições para o II Coned podem ser feitas até 31 de outubro. Informações complementares podem ser conseguidas na sede regional da Andes em São Paulo, através do telefone 814-9321, ou diretamente na secretaria do Congresso, em Belo Horizonte, através do telefone (031) 226-4752.

Revista Universidade e Sociedade

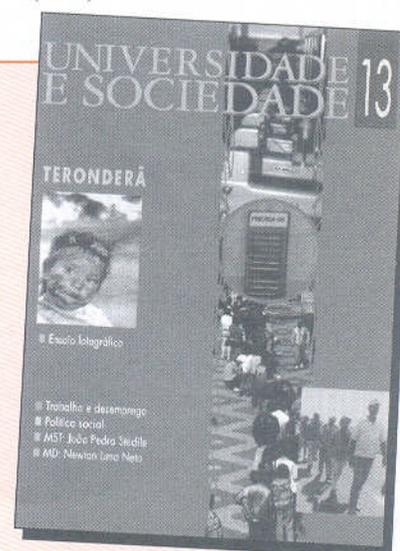
A 13ª edição da revista *Universidade e Sociedade* já está à venda. A revista é uma publicação quadrimestral da Andes e a cada edição são publicados artigos, ensaios, entrevistas, análises e trabalhos produzidos por docentes ligados a várias institui-

ções de ensino superior.

O tema central desta edição é Trabalho e Desemprego no Brasil. Uma das seções desta edição é destinada ao debate de questões que vão do campo educacional às recentes manifestações do Movimento dos Tra-

balhadores Sem-Terra. A revista traz, ainda, entrevista com João Pedro Stedile.

Universidade e Sociedade pode ser adquirida, por R\$ 10,00, na sede da Adusp. Para assinar a revista, ligue (011) 814-9321 e fale com Jair Jatobá.



Docentes não estão preocupados com questões coletivas da USP

Representante da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) no Conselho da Adusp, o professor Florêncio Figueiredo Cavalcanti Neto analisa a flexibilização do RDIDP e fala de suas nefastas conseqüências. Para ele, a USP precisa rever seus objetivos, criar novos quadros e repensar a questão salarial.

Qual o principal problema que aflige os docentes da FMRP?

Florêncio - Sem sombra de dúvidas é o salarial, o que faz com que os docentes busquem alternativas e saídas individuais. Esse desinteresse inviabiliza qualquer possibilidade de aglutinar as pessoas em torno de algo em comum. Isso faz parte de um problema maior, que está inserido nessa globalização que ao meu ver está atingindo a universidade. Atualmente é permitido ao docente flexibilizar o RDIDP e é permitido a ele trabalhar fora da universidade. Evidentemente que ele vai atrás dessa alternativa em função do salário precário e decendente. Esse é o maior problema da universidade hoje.

Como enfrentar essa situação?

Florêncio - A universidade precisaria rever seus objetivos maiores. Ela precisa definir o que é ensino, o que é pesquisa e o que é extensão. Ela precisa redefinir as regras, criar novos quadros, rever seu Estatuto, rever seu regime de trabalho e repensar a questão salarial. Se compararmos a qualificação de um docente com o que ele recebe, é difícil inclusive de renovar os quadros.

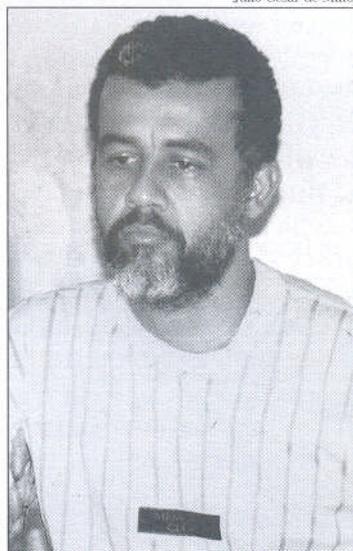
Como a Adusp pode contribuir na solução deste problema?

Florêncio - Vejo que há um desânimo muito grande por parte do corpo docente. As pessoas insistiram, insisti-

ram e agora desistiram de qualquer mobilização. Elas não estão mais preocupadas com o bem coletivo, estão preocupadas com o seu bem individual. Cada um está buscando sua própria alternativa. Como a Adusp deve atuar? Qual a estratégia? Não sei. Se tivesse a resposta, certamente estaria colocando em prática. Não sei qual é a resposta, mas poderíamos aventar algumas coisas em termo de lutas dentro da própria instituição e, por exemplo, ver o que está acontecendo com o regime de trabalho; o que acontece com essa chamada flexibilização. Isso é RDIDP? Eu acho que não; isso não é RDIDP. Isso é um novo RDIDP. Creio que, a partir do momento em que a universidade estiver sensível à rever seu Estatuto e resolver pagar adequadamente um RDIDP, muitas dessas pessoas irão voltar à carreira universitária verdadeira e a mobilizar-se. Como conselheiro da Adusp não sei como atuar para tentar resolver esse problema. Com isso a gente percebe que dia-dia as assembléias estão sendo esvaziadas e as pessoas não participam de nada

Diante destas dificuldades, dá para para cruzar os braços?

Florêncio - Não, não dá. Acho que alguma coisa tem que ser feita e em Ribeirão Preto a militância junto à Adusp tem sido feita, apesar da desmotivação da comuni-



Júlio César de Matos

Florêncio Cavalcanti Neto

dade. Para você ver, houve recentemente eleição da Adusp e não conseguimos uma participação direta. Mas o que é mais interessante, e que chama a atenção, é que as pessoas nos cobram. Eles sabem quem são os conselheiros e que a Adusp tem responsabilidade. Eles querem saber, por exemplo, o que vai acontecer em relação ao atendimento médico para a comunidade com a implantação da nova escola de 1º Grau que está sendo criada na comunidade. Os docentes reconhecem a Adusp como entidade representativa, mas não querem participar. Acho que a não participação está diretamente ligada à preocupação com o seu interesse pessoal. Não lhe sobra tempo e motivação para um trabalho coletivo. Agora, cruzar os braços, definitivamente não! Alguma coisa tem que ser feita. O difícil é encontrar estratégia para atuar.

O Visconde

O jornal do Centro Acadêmico Visconde de Cairu, da FEA, em sua edição de agosto, abriu três páginas para debater o tema educação com a Adusp. Otaviano Helene, ex-presidente, e Jair Borin, atual presidente, falaram sobre a falta de professores na USP, investimentos na Universidade, autonomia universitária, aposentadoria, contratos precários, financiamento de pesquisas e fundações. Nesta mesma edição, o Jornal do CAVC traz matéria sobre a queda da qualidade dos cursos devido a falta de professores.

Novamente Encol

A situação dos mutuários da Encol está cada dia mais difícil, diante do estado de insolvência que se encontra a empresa. Portanto, a união é fundamental neste momento. Os compradores de apartamento no empreendimento Village Park, da Encol -vizinho à USP-, estão sendo chamados para reunião para tomar providências junto à essa empresa. Todos os que adquiriram imóvel no Village Park devem entrar em contato com o professor Tiago, no ramal 7055.

Defesa da C&T

Integrada por deputados do PT, PSB, PCdoB, PMDB e PSDB, foi lançada, no dia 21 de agosto, na Assembléia Legislativa de São Paulo, a Frente Parlamentar em Defesa da Ciência e Tecnologia (C&T). No início deste mês, estava agendada uma reunião dos representantes da Frente Paulista de C&T com o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Emerson Kapaz.

Docentes discutem programa para reitor

Júlio César de Matos

Seguindo sugestão do Conselho de Representantes da Adusp (CR), várias unidades iniciaram a discussão de propostas para a próxima gestão da USP com o auxílio do documento "Idéias (preliminares) para um programa para reitor" elaborado pela diretoria e conselho.

Na reunião do Instituto Astronômico e Geofísico (IAG), aspectos do trabalho docente foram mencionados para exemplificar a necessidade de repensar a avaliação e a própria Cert. A questão dos contratos precários também ocupou parte da discussão.

A Matemática (IME) discutiu bastante a atual forma de compor as comissões de avaliação, inclusive a Cert. Foi ressaltada a excessiva centralização que dá a essas comissões mais poder que órgãos colegiados.

Dois pontos foram destaque na reunião da Faculdade de Educação: aposentadoria e avaliação. As mudanças nas regras da aposentadoria, em discussão no Congresso Nacional, traz intraqüilidade a vários docentes e a dificuldade de reposição dos claros docentes foi mencionada. Quanto à avaliação, alguns colegas acham que propor a extinção da Cert sem ter alternativa pode dar a impressão que queremos ficar isentos de avaliação.

No Instituto de Física, os professores manifestaram dúvidas sobre a conveniência da reitoria opinar sobre questões fiscais e foi enfatizado que a universidade deveria ter participação ativa na construção de uma política de desenvolvimento científico. Outro eixo básico de ação da universidade seria a luta pela melhoria e ampliação do ensino básico independentemente de ser público ou privado.

Na Psicologia, os colegas enfatizaram que a reitoria parece estar isolada dos Institutos. Os reitoráveis que se apre-

sentaram até agora são todos membros da atual administração e fica a dúvida se algo vai mudar na nova gestão.

A diretoria da Adusp acompanhou essas reuniões esclarecendo dúvidas e auxiliando a discussão. Outras unidades estarão fazendo reuniões na semana de 8 a 12 deste mês, demonstrando assim que o debate sobre a sucessão de reitor está se ampliando. O relato completo das reuniões será discutido na próxima reunião do Conselho de Representantes e originará uma nova versão do documento "Idéias (preliminares) para um programa para reitor", que contém pontos programáticos para a próxima reitoria.

São Carlos - No dia 14 de agosto, reuniram-se em São Carlos três dos quatro diretores regionais do interior, Paulo Kagayama (Piracicaba), Antonio Fagundes (Pirassununga) e Ires Dias (São Carlos). Da diretoria de São Paulo estiveram presentes Jair Borin, Marcos Magalhães e Iraci Palheta. A reunião teve como objetivo principal o planejamento de atividades da Adusp nos diversos campi do interior. Foi mencionado pelos colegas de Piracicaba e Pirassununga a importância da abertura de uma sub-sede para aglutinar o trabalho da entidade nesses dois campi, assim como já existe em São Carlos e Ribeirão Preto.

Os diretores regionais estarão fazendo gestões com os respectivos prefeitos para conseguir um local que deverá ser equipado com telefone, fax, microcomputador e secretária.

A sucessão de reitor foi outro assunto em discussão. Pretende-se estender aos campi do interior a discussão que vem sendo feita em várias unidades da capital sobre o texto "Idéias (preliminares) para um programa para reitor". Esse texto, inicial-



Diretores de SP com representantes da Adusp em Ribeirão Preto

Wladimir Fontes



No IAG os professores debatem contratos precários e Cert

mente produzido pela diretoria, sofreu alterações na última reunião do Conselho de Representantes e deve ser ainda aperfeiçoado nas várias reuniões que estão sendo programadas nas unidades.

Ribeirão Preto - Jair Borin e Iraci Palheta, respectivamente presidente e 1ª secretária da Adusp, reuniram-se, dia 21 de agosto, em Ribeirão Preto, com o diretor regional Jairo Kenupp Bastos e membros do Conselho de Representantes da entidade. A reunião serviu para iniciar, naquela regional da Adusp, o debate sobre o processo eleitoral de sucessão do reitor. O encontro teve, ainda, o tema Previdência como um dos principais pontos de pauta. A primeira parte do encontro foi destinada à avaliação da atual situação econômica brasileira e seus reflexos nos salários dos docentes das instituições superiores, em especial na Universidade de São Paulo.

Os diretores de São Paulo entregaram o documento "Idéias (preliminares) para um programa para reitor",

que passou a subsidiar os debates em torno desta questão naquela regional. Jair Borin e Iraci Palheta deram informes dos debates que estão sendo realizados em São Paulo e, em seguida, passaram a analisar as respostas dadas pelos reitoráveis aos temas Cert e Contratos Precários, publicadas no último Informativo Adusp.

O diretor da regional Ribeirão Preto, Jairo Kenupp, afirmou que os docentes daquele campi também estão demonstrando uma preocupação muito grande em relação às mudanças na Previdência, previstas de serem votadas no Congresso Nacional até o final de setembro. Jair Borin informou que a reitoria da USP recebeu 400 novos pedidos de aposentadoria e mostrou-se preocupado com este dado que foi fornecido à Adusp por Helena Antunes, da diretoria de Recursos Humanos da USP. Ele disse, ainda, que é de interesse do reitor estar discutindo com as entidades a criação de um Fundo de Aposentadoria para docentes e funcionários da USP.